

Liberação de FGTS para pagar creche tem efeito limitado

Apenas 25% das crianças de até três anos hoje fora da escola têm responsável com carteira assinada

Idiana Tomazelli e Paulo Saldanha

BRÁSILIA A decisão do governo Jair Bolsonaro de liberar o uso do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para pagar a creche dos filhos deve ter impacto limitado na inclusão escolar de crianças de até três anos. Nessa faixa etária, apenas uma a cada quatro estão em famílias cujo responsável tem carteira assinada.

A medida também incentiva a matrícula de crianças em creches particulares, usando a poupança do trabalhador, no momento em que Bolsonaro reduz os investimentos públicos na construção de creches. O Proinfância, principal programa federal nessa frente, teve as verbas cortadas em 85% durante a atual gestão.

Os investimentos passaram de R\$ 472 milhões em 2018, em valores atualizados pela inflação, para R\$ 68 milhões no ano passado.

A liberação do FGTS para pais com filhos até cinco anos (faixa etária referente à educação infantil, que inclui creche e pré-escola) foi anunciada na quarta (4) como forma de ampliar a empregabilidade das mulheres. Sem ter com quem deixar os filhos, muitas largam em desvantagem na disputa por uma vaga no mercado de trabalho ou ficam até impedidas de buscar emprego.

No último trimestre de 2021, o desemprego de mulheres estava em 13,9%, ante 9% dos homens, segundo o IBGE. A taxa de participação das mulheres também é menor, o que indica a indisponibilidade delas para procurar trabalho.

Especialistas reconhecem o problema, mas criticam a opção feita pelo governo. Eles veem uma aposta pesada, mas não necessariamente bem-sucedida, no sistema similar ao chamado voucher, em que há um repasse de dinheiro diretamente para as famílias matricularem seus filhos em creches da rede privada.

O modelo foi implementado no Auxílio Brasil, por meio do Auxílio Criança Cidadã, que paga de R\$ 200 a R\$ 300 para famílias com crianças até quatro anos sem vaga em creche pública ou privada conveniada.

A iniciativa é vista com ressalvas por especialistas pois a grande maioria das crianças na fila por creche está em regiões pobres, que carecem de oferta escolar privada. Os valores ainda seriam insuficientes para garantir escolas de qualidade, amplificando a desigualdade.

No caso do FGTS, o dinheiro sai do próprio bolso do trabalhador, uma vez que o fundo constitui poupança privada. Além disso, nem todos têm acesso ao FGTS, já que ele é um benefício previsto para o trabalhador com carteira assinada.

Análise de Todos Pela Educação, feita a pedido da Folha, mostra que somente 25% das crianças de até três anos fora da escola integram famílias cujo responsável tem emprego formal. Outros 5% têm como principal responsável militares ou servidores estatutários, mas não têm FGTS.

O levantamento considera um recorte do perfil educacional feito com base na Pnad Contínua de 2019, dado mais recente disponível. Do total de 6,6 milhões de crianças de até três anos fora da escola, 27% estão em famílias cujo respon-

Liberação do FGTS para pagar creches deve ter efeito limitado

O que a medida permite?

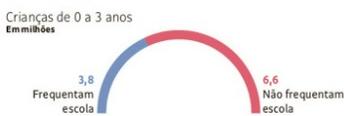
Pais poderão sacar recursos do FGTS para pagar mensalidades para filhos com até cinco anos de idade

Qual o valor do saque permitido?

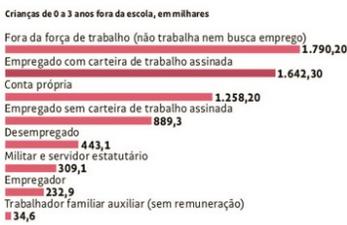
Os valores e os limites ainda serão definidos pelo Conselho Curador do FGTS. Por isso, o dinheiro ainda não está disponível para resgate imediato

Quem tem direito ao FGTS?

Trabalhadores regidos por contrato formal de trabalho, ou seja, com carteira assinada



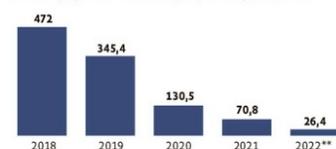
Situação das crianças, de acordo com condição do responsável pelo domicílio



2,5%

é a proporção de crianças de 0 a 3 anos fora da escola cujo responsável está no mercado formal de trabalho

Investimentos federais em construção de creches* Proinfância (programa de transferências para prefeituras), em R\$ milhões



*Valores corrigidos pelo IPCA. **Valor até 4 de maio. Fontes: IBGE/Pnad Contínua Educação, 2019, com elaboração de Todos Pela Educação; e FNDE

“É como se a mulher estivesse pagando uma creche privada, não tem nenhum benefício de política pública, ela só está resgatando o dinheiro dela”

Priscila Cruz presidente do Todos pela Educação

sável está fora da força de trabalho — ou seja, não trabalha nem procura emprego.

No discurso, a educação infantil seria uma prioridade do governo Bolsonaro. Isso, entretanto, não se reflete na realidade. Procurado, o MEC não respondeu.

No primeiro trimestre, por exemplo, os gastos com creches foram menores que os direcionados para a compra de kits de robótica de uma empresa de aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), como mostrou a Folha.

Pesquisas internacionais reforçam a importância da educação na primeira infância. A falta de vagas em creches, no entanto, é um dos principais gargalos educacionais do país. O Brasil ainda precisa matricular em creches 2,2 mi-

com o voucher ou redes conveniadas]. É como se a mulher estivesse pagando uma creche privada, não tem nenhum benefício de política pública, ela só está resgatando o dinheiro dela”, diz Cruz, que ressalta a maior importância da creche quanto mais pobre é a família.

O economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV, afirma que a medida é correta no diagnóstico de que o acesso a creches melhora e preserva o emprego das mulheres, mas inadequada no desenho e na operacionalização.

“Tem uma crença grande nos vouchers para creches, e essa é uma visão otimista, para não dizer irrealista”, diz. “Em vez de entregar [as vagas] via Estado, dá-se o voucher, e a família pode escolher. O papel aceita bem isso, mas na prática não é tão simples, ter o dinheiro no bolso e isso vai garantir uma boa creche para o filho.”

Sob o governo Bolsonaro, o total de matrículas em creches da rede pública teve a primeira queda em 20 anos, segundo dados de 2020, anteriores à pandemia. A rede pública teve queda de 2,3% nas matrículas quando comparados os dados entre 2019 e 2021.

“O governo só apostou em levantar bandeiras da educação em pontos de interesse eleitoral para a base de Bolsonaro, como ensino domiciliar, militarização da educação, questões de identidade e gênero. Nada que seja para a melhoria da educação pública foi feito”, diz Priscila Cruz.

Congresso articula barrar flexibilização da lei do aprendiz

Nathalia Garcia

BRÁSILIA Deputados se mobilizam para barrar integralmente a flexibilização da lei do jovem aprendiz, publicada em medida provisória na quarta-feira (4).

As emendas apresentadas pelo relator da Comissão Especial do Estatuto do Aprendiz, deputado Marco Bertaioli (PSD-SP), têm como objetivo excluir da MP todos os artigos referentes ao tema, além de fazer prevalecer a proposta que já vem sendo estudada pelos parlamentares.

“As alterações propostas nessa MP são muito ruins, elas desvirtuam o papel da aprendizagem no Brasil de uma forma muito séria”, criticou Bertaioli.

A lei do aprendiz determina que empresas de médio e grande porte devem reservar de 5% a 15% das vagas para adolescentes e jovens de 14 a 24 anos em seu quadro de colaboradores.

A MP estabelece, entre outras mudanças, que empresas que contratarem jovens vulneráveis poderão contabilizar a cota em dobro e que aprendizes efetivados continuam sendo contabilizados na cota por 12 meses, o que geraria um cálculo artificial.

A insatisfação com a MP da lei do jovem aprendiz levou também os auditores fiscais do trabalho a entregar, na quinta-feira (5), seus pareceres de ordenação de fiscalização de aprendizagem profissional nas 27 unidades da Federação.

De acordo com os auditores, os normativos criam regras que beneficiam empresas que não respeitam a cota de aprendizagem profissional e criam problemas de atuação da auditoria fiscal do trabalho contra irregularidades cometidas.

Em nota, o Ministério do Trabalho e Previdência disse que “as medidas criam 100 mil novas vagas de aprendiz e estimulam a contratação de 250 mil novos aprendizes até o final do ano, 50% a mais que todos os aprendizes atualmente contratados, por meio de uma ação de regularização do cumprimento da cota de aprendizagem pelas empresas”.